



Nº 29 – agosto/2016

Organizações da sociedade civil e movimentos estaduais de combate à corrupção trazem propostas à Enccla 2017



Reunião da Enccla, em 2015, com representantes da sociedade civil e movimentos estaduais de combate à corrupção

Em 2015, organizações da sociedade civil (OSC) e movimentos estaduais de combate à corrupção foram chamados a colaborar no desenho das Ações da Enccla para o ano de 2016. Tal contribuição foi fundamental para os trabalhos, resultando no estabelecimento de Ações que consideram as realidades dessas instituições, algumas das quais inclusive vêm sendo representadas nos respectivos grupos de trabalho, ao longo deste ano.

Essa aproximação é essencial para o enriquecimento do trabalho da Enccla, que, com o envolvimento das OSC e dos movimentos estaduais, passa a ter insumos das instituições envolvidas na linha de frente do combate à corrupção, além de maior amplitude na difusão de seus resultados. Em contrapartida, as organizações e movimentos têm a oportunidade de propor as medidas de âmbito nacional que consideram necessárias para o desenvolvimento de suas atividades de caráter setorial ou regional.

No espírito de perpetuar e aprofundar tais parcerias, aquelas instituições foram convidadas a participar novamente da Enccla, dessa vez com vistas ao planejamento das atividades de 2017. No dia 30 de agosto, as OSC serão recebidas pelo Gabinete de Gestão Integrada da Enccla no período da manhã, e os movimentos estaduais à tarde, para debates sobre as propostas de ações que seus representantes já vêm enviando por e-mail. Os resultados das discussões serão levados aos grupos de trabalho de combate à corrupção (coordenado pela CGU) e de combate à lavagem de dinheiro (coordenado pelo Coaf), que se reunirão em setembro, em outubro e na XIV Plenária, em novembro, quando finalmente serão definidas as ações para o ano que vem.

Isso significa que a Enccla 2017 já começou. Todos os colaboradores já foram convidados a contribuir com propostas de ações, preenchendo um formulário que envolve elementos como a nomenclatura sugerida, uma justificativa e os produtos esperados, entre outros. A contribuição dos participantes da Enccla por meio do encaminhamento de propostas é essencial para que a linha de ação da Estratégia seja cada vez mais firme.

Secretaria Executiva

CURTAS

Enccla – Agenda de Reuniões

- **31/08/2016** – Sexta reunião da **Ação 13**. Coordenador: BCB. Colaboradores: ADPF, Ajufe, Anape, BB, CAIXA, CGU, CNMP, Coaf, DPF, Febraban, Gncoc, MPF, RFB e SENACON/MJ. Local: DRCI/SNJ, às 9h30.
- **31/08/2016** – Segunda reunião da **Ação 6**. Coordenador: AGU. Colaboradores: Ajufe, AMB, Ampcon, Anape, ANPR, CJF, CNMP, CNPG, Conjur/MJ, CVM, MPF, PGFN e PGM/SP. Local: DRCI/SNJ, às 14:30.
- **05/09/2016** – Sexta reunião da **Ação 10**. Coordenador: Coaf. Colaboradores: Abin, ADPF, AGU, Ajufe, AMB, ANPR, BCB, CNJ, CNPG, CVM, DPF, DREI/SEMPE, MPF, MPRJ, MRE, PGFN, PC/SP, RFB e Susep. Local: DRCI/SNJ, às 14:30.
- **05/09/2016** – Sexta reunião da **Ação 9**. Coordenador: Coaf. Colaboradores: Abin, ADPF, Ajufe, ANPR, BCB, CGU, CJF, CNMP, CVM, DPF, Gncoc, INSS, MPF, MPRJ, MRE, PGFN, RFB, Susep e TSE. Local: DRCI/SNJ, às 09:30.
- **12/09/2016** - Quinta reunião da **Ação 2**. Coordenador: Seges/MP. Colaboradores: Ajufe, BNDES, CADE, CGA/SP, CGE/MG, CGM/SP, CGU, CNMP, Casa Civil/RS, MD, MPF, MTPS. Local: DRCI/SNJ, às 14:30.

Conheça as Ações Enccla 2016

- *Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os órgãos integrantes da Enccla. Contato: comunica.enccla@mj.gov.br*

MATÉRIAS

[AGU – Advocacia-Geral da União](#)

Medina Osório defende troca de conhecimentos para enfrentar a corrupção



16/08/2016 - O advogado-geral da União, Fábio Medina Osório, defendeu nesta terça-feira (16/08) que as instituições do poder público compartilhem conhecimento para aprimorar o combate à corrupção. A declaração foi dada durante a abertura do "Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro", promovido pela Escola da Advocacia-Geral da União (AGU) até o dia 19 para capacitar membros das carreiras jurídicas.

O evento contará com a participação de dirigentes e representantes de alguns dos principais órgãos envolvidos no combate à corrupção no país. Durante o curso, membros das carreiras jurídicas que integram a AGU participarão de painéis e discussões sobre medidas de combate à corrupção, como práticas de recuperação de ativos e ajuizamento de ações de improbidade e civis públicas.

"O curso congrega várias instituições e uma pluralidade de visões sobre o assunto que contribuirá para um debate mais rico e para um crescimento intelectual de todos. A corrupção é um fenômeno transdisciplinar e é neste sentido que várias instituições estão evoluindo, para uma visão contemporânea de combate à corrupção", destacou Medina Osório.

O entendimento também foi compartilhado pelo diretor da Escola da AGU, Grégore Moreira de Moura. "A Escola aproxima as instituições para que possa ter diálogo entre elas. O curso dará espaço para esse diálogo", resumiu.

Um dos convidados para participar do evento, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Aroldo Cedraz, destacou a contribuição que o tribunal pode dar para o processo. "Tenho o propósito de mostrar a perspectiva do TCU em ajudar o Brasil na caminhada contra a corrupção, em busca do resgate de boas contribuições, de instituições inteligentes, de uma cultura transformadora e de um aprendizado corporativo, além do compartilhamento, da interação entre cidadão e governo, ampliando a transparência em todas as direções", afirmou Cedraz.

Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB/DF), Antônio Rodrigo Machado argumentou que os advogados têm um importante papel a desempenhar. "Eventos desse porte favorecem a União, demonstrando o papel do advogado no sistema anticorrupção. Palavras, atitudes, propostas e o fortalecimento das instituições são essenciais para o combate à corrupção", assinalou.

Secretário Nacional de Justiça e Cidadania do Ministério da Justiça, Gustavo de Castro Sampaio reforçou a importância da iniciativa da AGU. "O curso de capacitação tem um fim específico: melhorar os mecanismos de combate e prevenção à corrupção. O foco é criar setores que possam ser capacitados para cuidar dessa área. Este encaminhamento é um bem social para acabar com a corrupção", concluiu.

Fonte: AGU

Foto: AGU

[AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil](#)

[**Presidente da Ajufe apresentará propostas da entidade de combate à corrupção em audiência na Câmara**](#)

09/08/2016 - Roberto Veloso vai falar no mesmo colegiado que ouviu Sérgio Moro na semana passada. Encontro está previsto para esta quarta-feira (10), às 9h30, na Câmara dos Deputados. O presidente da Ajufe, Roberto Veloso, participará, nesta quarta-feira (10), de audiência pública promovida pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o projeto de lei das "10 medidas contra a corrupção" do Ministério Público Federal (MPF) – PL 4850/2016.

A proposição tramita em Comissão Especial e aguarda o parecer do relator, deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS). Na semana passada, o colegiado ouviu o juiz federal Sérgio Moro, que, entre outros temas, reforçou bandeiras já defendidas pela Ajufe.

No encontro desta quarta, Roberto Veloso dará mais detalhes sobre as propostas encampadas pelos juizes federais, como o fim do foro privilegiado, a execucao da pena após a condenação em 2º grau e a rejeição do projeto de lei do Senado que altera a Lei do Abuso de Autoridade (PLS 280/2016).

Outra iniciativa a ser abordada pelo presidente da AJUFE ainda está em discussão no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla): o "whistleblower" – ou reportante – que prevê incentivos para pessoas que denunciarem práticas criminosas.

Sobre o foro privilegiado, Veloso afirma tratar-se de uma "distorção", que tem levado o Supremo Tribunal Federal ao congestionamento. "Ao invés de se dedicarem a dirimir as dúvidas a respeito de questões constitucionais, nossos ministros vivem às voltas com casos criminais – o que é um erro".

Já o cumprimento da sentença após a condenação por tribunal, na opinião de Veloso, é uma medida acertada, que, além de pactuada na jurisprudência do STF, precisa ainda de um arcabouço legal mais seguro.

Com relação ao PLS 280/2016, o magistrado considera necessária a rejeição do texto tal como proposto. "Nós não podemos aceitar a intimidação de juizes e procuradores, sobretudo quando estão em curso investigações contra a corrupção".

Fonte: AJUFE

[AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil](#)

Projeto de combate à corrupção terá tramitação mais rápida na Câmara

19/07/2016- O Projeto de Lei 4850/16, que estabelece dez medidas de combate à corrupção, poderá ter a sua análise acelerada na Câmara dos Deputados. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, recebeu nesta terça-feira (19) representantes de juizes, de procuradores, do Tribunal de Contas da União (TCU) e de organizações não governamentais para discutir o tema.

Maia chamou o relator da matéria, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), que veio a Brasília durante o recesso para acelerar a tramitação e apresentar o quanto antes um cronograma para os trabalhos da comissão especial que analisa a proposta.

"O presidente Rodrigo Maia determinou absoluta prioridade na tramitação do projeto com as medidas de combate à corrupção. Cancelei o meu recesso, e como relator estou me reunindo com consultores da Câmara para preparar o cronograma que apresentaremos no dia 2 de agosto, às 14h30", disse Lorenzoni.

Ele explicou que precisará de 60 dias na comissão especial para encontrar a melhor forma de adaptar as medidas propostas à legislação brasileira. O deputado adiantou, porém, que o compromisso será o de aprová-las até 9 de dezembro, Dia internacional do Combate à Corrupção. "O importante é terminar o ano com esta matéria aprovada", ressaltou o presidente Rodrigo Maia.

Origem da proposta

O texto reúne as "10 medidas anticorrupção" sugeridas pelo Ministério Público Federal e recebeu as assinaturas de mais de dois milhões de brasileiros. Apesar da menção a 10 propostas, Lorenzoni já identificou 29 itens separados que estão no texto e precisam ser transformados em leis. "E estaremos abertos a contribuições da sociedade", disse o relator.

O projeto prevê medidas como prisão de até oito anos para o funcionário público que tiver patrimônio incompatível com a renda; o aumento de penas para corrupção e o enquadramento como crime hediondo no caso de altos valores; a punição para acusados que tentarem atrasar o processo judicial; e a responsabilização de partidos políticos e criminalização do caixa-dois em campanhas eleitorais.

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, Roberto Carvalho Veloso, citou pontos que, segundo ele, podem ser acrescentados à proposta em análise: "Para combater a impunidade, é preciso extinguir o foro privilegiado e permitir o cumprimento da pena após a condenação em segundo grau".

Para o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti, o importante é que o debate seja feito sem atrasar a votação do projeto. "Estamos aqui para ajudar, para debater com o Congresso, porque são matérias técnicas e quanto mais debates melhor; mas também ficamos felizes ao saber que há disposição para votar até o fim do ano", ressaltou.

A comissão especial que analisa o projeto das dez medidas anticorrupção foi instalada no último dia 13. Depois de aprovado na comissão, o texto irá ao Plenário da Câmara. O relator prevê que algumas partes precisarão ser aprovadas por meio de emendas à Constituição.

[AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil](#)

[Presidente da Ajufe defende medidas contra a corrupção em reunião com Rodrigo Maia](#)



19/07/2016 - O presidente da Ajufe, Roberto Veloso, e o vice-presidente da 5ª Região, Antônio José de Araújo, reuniram-se, nesta terça-feira (19), com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para discutir o projeto de lei das "10 medidas contra a corrupção" do Ministério Público Federal (MPF). O relator da matéria, deputado federal, Ônyx Lorenzoni (DEM-RS), também esteve presente.

Após a reunião, Roberto Veloso concedeu entrevista coletiva a jornalistas de diversos veículos sobre as bandeiras defendidas pela Ajufe: o fim do foro privilegiado, o cumprimento da pena pelo réu a partir da condenação em 2ª instância e a rejeição ao texto atual do projeto que altera a lei de abuso de autoridade e criminaliza a atividade judicial.

No encontro, Rodrigo Maia e Ônyx Lorenzoni se comprometeram a trabalhar pela aprovação da proposição ainda neste ano, durante o mandato do deputado carioca. A data prevista é o dia 09 de dezembro.

Também estiveram presentes representantes da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), do Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC) e do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon Sindical).

Fonte: AJUFE

Foto: AJUFE

Documento com propostas de combate à corrupção e crises política e econômica é apresentado ao ministro da Transparência



11/08/2016 - O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e representantes de diversas entidades da sociedade civil entregaram, nesta quinta-feira (11), ao ministro da Transparência, Fiscalização e Controle, Torquato Jardim, um documento com propostas para enfrentar a corrupção e as crises política e econômica do Brasil. O conjunto de sugestões também foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, no dia 27 de julho. O documento foi resultado de diversas sugestões elaboradas no evento "Diálogos Congresso em Foco", do qual também participaram parlamentares federais ligados a nove diferentes partidos políticos e estudiosos dos diversos temas tratados.

O presidente da AMB falou ao ministro Torquato Jardim da importância da construção do documento que reuniu alternativas pensadas por um grupo extremamente diverso, porém com o mesmo objetivo, num momento em que o Brasil passa por uma crise política bastante polarizada.

"Precisamos fazer algo na parte estrutural do Estado para acabar com essa crise e empreender o desenvolvimento no País", apontou João Ricardo, colocando a AMB à disposição para contribuir nos debates que forem necessários. Ele ainda lembrou da participação da entidade na audiência pública ocorrida ontem (10) sobre o projeto de combate à corrupção que tramita na Câmara dos Deputados.

Depois de ouvir uma breve apresentação feita pelos representantes das entidades, entre eles Sylvio Costa, fundador do Congresso em Foco, Torquato Jardim defendeu o engajamento da sociedade no combate à corrupção. "É preciso ir além da normatividade, ir além da capacidade operacional de repressão e intimidação do Estado. A grande intimidação é o exemplo ético dado pela sociedade civil. Por isso reitero meus agradecimentos à visita de vocês. Vamos trabalhar juntos", finalizou.

Leia a íntegra do documento entregue ao ministro da Transparência, Fiscalização e Controle:

"A crise política, econômica e de representação apanhou a sociedade brasileira de maneira tão rápida quanto profunda. A dimensão da instabilidade dá sinais de que o caos seja mais estrutural do que momentâneo, motivado por um acúmulo de erros do passado e pela persistência de vícios do presente.

Não há receita pronta para a superação do atual momento, mas urge que ela seja pautada e discutida à exaustão, dentro e fora dos muros palacianos e das casas legislativas. Afinal, se o problema é de todos, os debates e as soluções também devem ser.

Essa foi a marca do Diálogos realizado em Brasília em 14 de julho de 2016, no Windsor Plaza Hotel. Um fórum qualificado e plural, que reuniu parlamentares, especialistas e representantes da sociedade civil, movidos pela construção de propostas para desatar alguns dos principais nós que emperram um novo e sustentável ciclo de crescimento.

No campo econômico, ideias para o combate ao persistente desemprego e caminhos para a realização das grandes reformas, como a tributária e a da previdência. Na política, a adoção de mecanismos que aprimorem o sistema representativo e que aproximem população e Estado. No combate à corrupção, um pedido por profissionalização e fortalecimento dos órgãos de controle interno e das funções essenciais à Justiça. O presente documento final reúne as propostas construídas e aprimoradas ao longo do evento, resultado de um amplo (e por vezes acalorado)

processo de construção coletiva. Nas páginas a seguir, estão algumas das contribuições que esperamos ver chegar aos microfones da Câmara e Senado, subsidiando inovações para um novo momento de cidadania e participação.

Propostas para combater a corrupção

1. Promover a institucionalização, profissionalização e fortalecimento dos órgãos de controle interno e das funções essenciais à Justiça
2. Radicalizar a transparência nas empresas estatais, nos provedores de serviço público e na receita orçamentária
3. Incluir, no rol mínimo de requisitos para contratação com o serviço público, a identificação de sócios e participações, além de mecanismos de *compliance*
4. Regulamentar as relações institucionais (*lobby/advocacy*) considerando as diretrizes de ética, transparência e acesso
5. Promover a democratização e o aperfeiçoamento de critérios para escolha de dirigentes dos órgãos dos sistemas de Justiça
6. Restringir a aplicação do foro especial aos crimes decorrentes do exercício da função pública
7. Aumentar a efetividade das sanções quando do descumprimento da Lei de Acesso à Informação
8. Criar uma política nacional de recursos humanos para o setor público, referenciando carreiras e respeitando o teto constitucional
9. Atualizar a Lei de Licitações e aumentar a transparência nos contratos
10. Ampliar a aplicação da Lei da Ficha Limpa para dirigentes de partidos políticos

Propostas para superar a crise econômica

1. Reforma tributária

Fazer uma reforma tributária, com a substituição do ICMS pelo IVA nacional, com o objetivo de deslocar a carga tributária do consumo para a renda. Impor maior progressividade no sistema tributário brasileiro. Rever as isenções fiscais, com diminuição da carga tributária nos produtos de consumo de massa e redução da informalidade no pagamento de imposto.

2. Previdência Social

Aprofundar o debate sobre a reforma da Previdência Social, de maneira a garantir a sustentabilidade do sistema de seguridade social no longo prazo e aumentar a sua eficiência gerencial e transparência

3. Combate ao desemprego

Resgatar a credibilidade e a confiança para estimular os investimentos públicos e privados. Estimular as pequenas e microempresas e a área de infraestrutura, assim como as obras de pequeno porte, no âmbito dos estados e municípios. Rever, nesse contexto, as regras de relacionamento da área pública com as empresas privadas.

4. Desenvolvimento Sustentável

Perseguir o desenvolvimento sustentável, refundando os objetivos da política econômica de forma a não priorizar apenas o crescimento do PIB. A estratégia deve ser baseada nos objetivos definidos pela ONU na COP 21, privilegiando a economia de baixo carbono, com maior distribuição de renda e redução das desigualdades. Incentivar o uso racional da água e a ampliação da geração de energia por fontes renováveis.

5. Dívida pública

Realizar auditoria na dívida pública para aprofundar a análise dos fatores que levaram à sua evolução acentuada em relação ao PIB. Aprimorar os mecanismos de transparência, profissionalização e fortalecimento dos sistemas de controle da gestão pública. Repudiar a securitização da dívida ativa.

6. Visão de longo prazo

Focar as decisões estratégicas que afetam a economia no planejamento de longo prazo, rompendo assim com uma visão imediatista que tem sido predominante e trazido consequências negativas para o país.

Propostas para superar a crise política

1. Incluir nos currículos escolares conteúdos pedagógicos voltados para a formação política cidadã e a compreensão do funcionamento do sistema político e fiscal.
2. Aperfeiçoar a Lei da Ficha Limpa, especialmente na perspectiva do julgamento de contas – apreciadas e votadas por órgãos técnicos, como tribunais de contas, que devem ter menor participação de indicações políticas. Ampliação da aplicação da ficha limpa para dirigentes de partidos políticos.

3. Maior agilidade no julgamento de ações eleitorais pelas diferentes instâncias da Justiça Eleitoral.
4. Elaborar um projeto de reforma política que contemple os seguintes pontos:
 - aproximar o cidadão da sua representação política e aprimorar os instrumentos de controle e participação política;
 - baratear o funcionamento do sistema político e eleitoral e aprimorar os mecanismos de transparência visando obstruir a formação de relações incestuosas entre os espaços público e privado;
 - fortalecer o sistema partidário e aumentar sua eficácia como ferramenta de construção de consensos progressivos que patrocinem o desenvolvimento social e econômico do país;
 - perseguir mecanismos para a ampliação da presença na política de grupos subrepresentados, tais como mulheres, negros, povos indígenas, pessoas com deficiência e a população LGBT.
5. Promover a democratização dos meios de comunicação.
6. Buscar mecanismos de efetivação dos espaços de participação da sociedade civil na construção de políticas públicas, fortalecendo o papel das entidades de controle social nas instâncias de Estado.
7. Enfatizar a melhoria da gestão pública com foco nas funções essenciais e clássicas do Estado, considerando:
 - a valorização da carreira pública;
 - a preservação e o fortalecimento das atividades e dos mecanismos de fiscalização e controle; e
 - a ampliação dos mecanismos de transparência e de clareza de dados e informações relativos à administração pública.
8. Reduzir os cargos em comissão no serviço público.
9. Acabar com o sigilo dos processos criminais envolvendo políticos.

Fonte: AMB

Foto: AMB

[AMB- Associação dos Magistrados Brasileiros](#)

5ª Reunião da Ação 10 da Enccla acontece em Brasília e conta com participação da AMB

29/07/2016 - Representando a AMB, o juiz Orlando Faccini participou, na tarde de quarta-feira (27), da 5ª Reunião da Ação 10 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla), realizado no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), em Brasília.

O encontro teve como objetivo realizar um exercício de auto avaliação diante do cumprimento das recomendações do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI/FAFT) e tratar das medidas preventivas à lavagem de dinheiro por parte do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados (Susep). O cronograma de atividades da Ação até 2020 também foi discutido.

Coordenada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a Ação 10 visa a elaborar um diagnóstico sobre o procedimento de congelamento de bens, direitos e valores vinculados a pessoas listadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), com vistas à definição de diretrizes, difusão das boas práticas e adoção de medidas normativas necessárias ao cumprimento das Recomendações 6 e 7 do GAFI/FATF.

A AMB é colaboradora da Ação 10.

Fonte: AMB

[AMB- Associação dos Magistrados Brasileiros](#)

TCE Ceará implementa solução integrada para combate à fraude e à corrupção



12/08/2016 - O Tribunal de Contas do Estado passa a dispor de uma poderosa solução integrada de análise de dados e inteligência analítica para combater a fraude e a corrupção no Ceará. Representantes da empresa Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio e servidores do Controle Externo do TCE se reuniram com o presidente Edilberto Pontes, na quarta-feira (10/8), na Presidência da Corte, para tratar da implementação do Contrato nº 16/2016.

Segundo o presidente Edilberto Pontes, é um passo significativo e inovador. "O Setor de Informações Estratégicas do Tribunal permitirá a formação do auditor do século XXI, que utiliza modernas técnicas de estatística e de cruzamento de bancos de dados. Trata-se de um projeto prioritário nessa gestão e que estamos conseguindo implementar, num momento muito importante para o TCE do Ceará".

Utilizada inicialmente pela Assessoria de Informações Estratégicas, a ferramenta já foi implantada no ambiente de TI do Tribunal. Essa semana acontece o primeiro treinamento com a nova solução analítica, que tem a vantagem de realizar cruzamentos e análise de base de dados, fortalecendo as fiscalizações realizadas pelo TCE Ceará. A intenção é fazer com que os auditores de controle externo mudem o perfil de análise e consigam fazer consultas e conclusões nos próprios ambientes de trabalho.

Participaram da reunião com o presidente Edilberto Pontes, a chefe de Gabinete da Presidência, Mirla Fontenele; o secretário de Controle Externo, Raimir Holanda; o chefe e o servidor da Assessoria de Informações Estratégicas, respectivamente, José Alexandre Fonseca da Silva e Raimundo Freire Filho; e os representantes da Maxtera, Juliano Corrêa (Diretor de Operações) e Júlio Caseaes (Gerente do Projeto).

Assessoria de Informações Estratégicas

Criada nesta gestão, a partir da Resolução Administrativa nº 02/2016, a Assessoria de Informações Estratégicas é vinculada à Secretaria de Controle Externo e tem por finalidade elaborar estratégias e ações de produção de conhecimento, exclusivamente por meio da obtenção, sistematização e análise de dados coletados, oriundos de base de dados própria ou custodiadas, visando à tomada de decisões.

Fonte: AMB

Foto: AMB

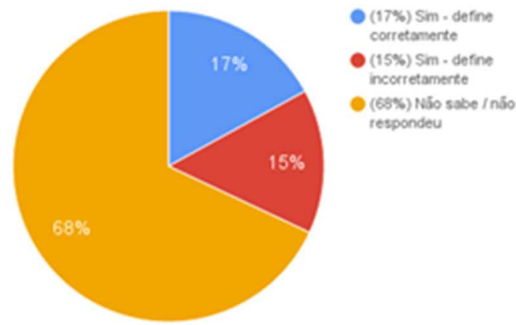
[ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Conta do Brasil](#)

[**Para brasileiros, Tribunais de Contas são essenciais no combate à corrupção e à ineficiência, revela pesquisa Ibope/CNI**](#)

03/08/2016 - O trabalho dos Tribunais de Contas é visto pela sociedade como decisivo no combate à corrupção e à ineficiência dos gastos públicos, opinião de cerca de 90% dos entrevistados que conhecem a instituição. Essa é uma das conclusões da pesquisa Ibope, realizada a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), que mediu o conhecimento e a avaliação da população brasileira sobre os Tribunais de Contas. Foram entrevistadas 2.002 pessoas entre os dias 24 e 27 de junho de 2016. A margem de erro é de 2% para mais ou para menos.

Conhecimento - Conforme os dados da pesquisa, ainda é relativamente pequeno o número de pessoas que efetivamente conhece o que são e o que fazem os Tribunais de Contas (apenas 17%). "Embora o percentual dos que conhecem e sabem definir as atribuições dos Tribunais de Contas não seja tão expressivo, ele não destoia do conhecimento do cidadão em relação a outros órgãos e Poderes de mesma natureza. Essa percepção cresce com o nível de escolaridade dos entrevistados, mas fica evidente que é preciso melhorar os processos de comunicação com vistas a sermos mais conhecidos pela sociedade como um todo", afirma o presidente da Atricon, Valdecir Pascoal.

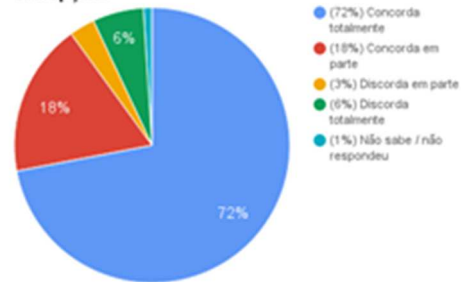
Você sabe o que é o Tribunal de Contas?



Recorte - Os números divulgados a seguir se referem à opinião da parcela da população que mostrou conhecer, de fato, a instituição. "Entendemos que esse público é quem tem as melhores condições para avaliar os Tribunais de Contas", explica Valdecir Pascoal. O resultado completo da pesquisa está disponível para download no final da matéria.

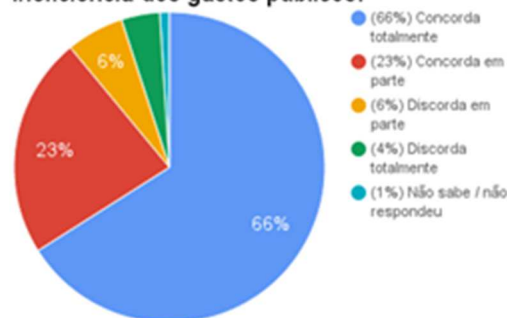
Corrupção - A sociedade crê na importância dos Tribunais de Contas no combate à corrupção. É isto o que pensam 90% desses entrevistados, que concorda total (72%) ou parcialmente (18%) com esta afirmativa.

A atuação dos Tribunais de Contas sobre as contas públicas é importante no combate à corrupção:



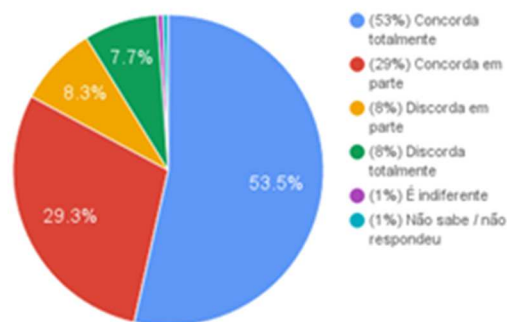
Ineficiência - Além disso, 89% deles concordam que esses órgãos também desempenham papel importante no combate à ineficiência dos gastos públicos.

A atuação dos Tribunais de Contas sobre as contas públicas é importante no combate à ineficiência dos gastos públicos:



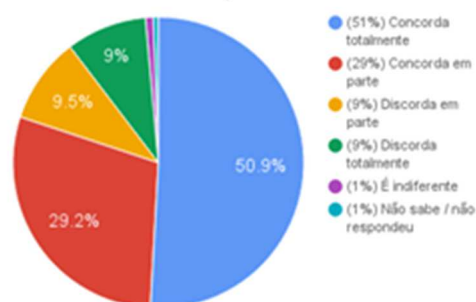
Gestão - Ao todo, 82% desse extrato concordam que os Tribunais de Contas ajudam a melhorar a gestão pública.

Os Tribunais de Contas contribuem para melhorar a gestão pública:



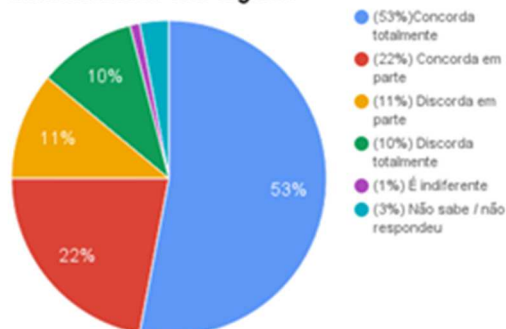
Recursos públicos - Conforme a opinião de 80% desses entrevistados, a atuação dos Tribunais de Contas preserva os recursos públicos.

A atuação dos Tribunais de Contas reduz o mau uso do dinheiro público:

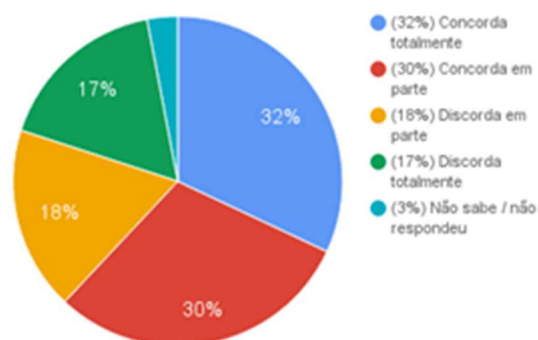


Composição - Os Tribunais de Contas são tidos como órgãos mais técnicos que políticos, para 62% deste extrato. No entanto, o modelo de indicação de seus membros é visto como um obstáculo ao bom funcionamento dessas instituições para 75% dos entrevistados. "Essa percepção reflete, de certo modo, crise do Estado, da política e da representatividade que afeta, de forma geral, o juízo de valor da sociedade sobre as instituições públicas. O modelo atual, com a indicação de 1/3 do colegiado por origem técnica (membros substitutos e procuradores) representa um indiscutível avanço. Não obstante, é nosso dever discutir propostas de possíveis aprimoramentos nos critérios de composição dos Tribunais de Contas. Cabe discutir novos aprimoramentos, a exemplo daqueles que propõem uma maior proporção de membros oriundos das carreiras técnicas", pondera o presidente da Atricon.

A nomeação política de ministros e conselheiros dos Tribunais de Contas atrapalha o funcionamento dos órgãos:

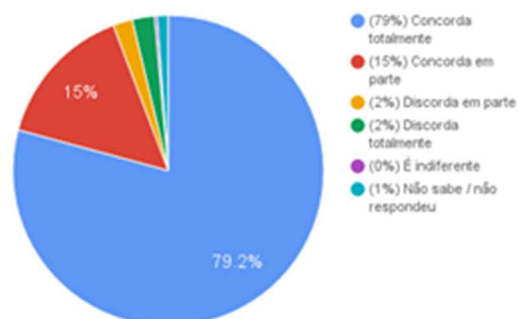


Os Tribunais de Contas são órgãos mais técnicos que políticos:



Aprovação - Entre os entrevistados que mostraram conhecer os Tribunais de Contas, chega a 94% o índice dos que concordam que esses órgãos devem ser mantidos.

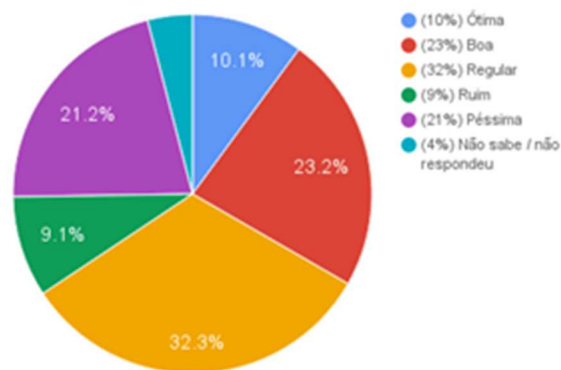
É importante que os Tribunais de Contas continuem existindo:



Desempenho - Apesar de uma parcela importante (33%) avaliar positivamente o desempenho dos Tribunais de Contas, as opiniões divergentes têm a mesma expressão numérica: 32% veem a atuação como regular e 30% mostram-se insatisfeitos.

“De um lado, esses indicadores nos estimulam a persistir na luta pelo nosso aprimoramento institucional. Essa opção a Atricon já fez quando desenvolveu o Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC), sem falsa modéstia, o melhor e mais avançado programa de aprimoramento institucional no serviço público brasileiro. De outro lado, considerando o atual contexto de crise ética e da forte cobrança do cidadão, e levando em conta que os TCs não dispõem de mecanismos de investigação e de punição de natureza policial ou judicial, como determinar prisões de gestores públicos, o fato de 65% avaliarem os TCs como ‘ótimo, bom ou regular’, tem tudo para ser comemorado”, conclui Pascoal.

Pelo que você sabe ou ouviu falar, a atuação dos Tribunais de Contas de uma forma geral está sendo:



Veja [aqui](#) o resultado completo da pesquisa tendo como recorte o subgrupo das pessoas que sabem o que são os Tribunais de Contas; e [aqui](#) o resultado da pesquisa sem recortes.

Fonte: ATRICON

[ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Conta do Brasil](#)

Obras Públicas: Planejamento e fiscalização no combate à corrupção será o tema em debate no XVII Sinaop

29/07/2016 - O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) será anfitrião do XVII Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (Sinaop), que acontecerá de 12 a 16 de setembro, em São Paulo-SP. O evento terá como tema "Obras Públicas: Planejamento e fiscalização no combate à corrupção".

O objetivo do evento, promovido pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop) em parceria com os TCs do Brasil, é reunir os diversos órgãos que atuam no controle de obras públicas com vistas a aperfeiçoar as atividades de auditoria de obras públicas, em especial reforçando as ações em rede, e defender o planejamento de obras e a sustentabilidade como bases para as políticas públicas.

O simpósio congrega profissionais de todo o Brasil que atuam no controle externo, no controle interno e, mesmo, na própria execução das obras públicas, sendo reconhecido no cenário nacional do setor como de importância significativa na discussão, na troca de experiências e no encaminhamento de soluções relativas aos diversos temas abordados.

Inscrições

As inscrições para o XVII Sinaop podem ser realizadas até a data do evento pela página do evento (www.ibraop.org.br).

Até o dia 31/08 o valor para sócios do Ibraop é de R\$ 500,00 e, não sócio, R\$ 800,00. A partir do dia 01/09, até a data do evento, o valor para sócio será de R\$ 650,00 e, para não sócio, de R\$ 950,00.

Serviço

XVII Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas

Tema: "Obras Públicas: Planejamento e fiscalização no combate à corrupção".

De 12 a 14/09/16 – UNINOVE – Campus Memorial

De 15 a 16/09/16 – Sede do TCE-SP

São Paulo – SP

Informações: www.ibraop.org.br/sinaop

Fonte: ATRICON

XII Encontro: Lideranças se reúnem para discutir controle interno e combate à corrupção

04/08/2016 - Lei Anticorrupção, Operação Lava Jato, governança corporativa nas estatais, auditoria governamental, transparência pública, gestão fiscal e combate à lavagem de dinheiro. Esses são alguns dos assuntos que estarão em pauta no XII Encontro Nacional de Controle Interno, a ser realizado nos dias 4 e 5 de agosto, em Fortaleza, Ceará, e que tem como objetivo reunir dirigentes de órgãos públicos estaduais, municipais e federais para discutir mecanismos contra a corrupção e de fortalecimento da gestão pública.

Na ocasião, os principais gestores do País ligados à temática estarão presentes como palestrantes e debatedores, dentre eles Torquato Jardim, ministro da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC); Jorge Hage Sobrinho, advogado e ex-ministro chefe da Controladoria Geral da União; Marcos Costa Holanda, presidente do Banco do Nordeste do Brasil; e Gilberto Waller e Sérgio Seabra, respectivamente ouvidor geral e secretário federal do MTFC. Ao longo da programação, está prevista ainda uma solenidade de agraciamento de comenda de "Honra ao Mérito em Controle Interno" ao juiz federal Sergio Moro, ao procurador da República do Ministério Público Federal do Paraná, Deltan Dallagnol, e à executiva financeira do Banco Mundial, Maria João Kaizeler.

Recorde de público

Organizado anualmente pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e considerado um dos mais relevantes eventos do setor no País, a edição deste ano traz como temática principal "Por um Brasil melhor: Todos contra a corrupção" e será realizado no Praia Centro Hotel de Fortaleza, localizado na Avenida Monsenhor Tabosa, 740, Praia de Iracema. As inscrições, gratuitas, podem ser efetivadas por meio do site www.conaci.org.br, e no total são esperadas cerca de 1,2 mil pessoas, um recorde, dentre auditores, controladores, corregedores, ouvidores, além de acadêmicos e gestores e servidores públicos ligados ao controle social.

O evento oferece também a oportunidade de acesso a publicações especializadas da área, algumas a serem lançadas durante o Encontro, como o livro "Panorama do Controle Interno no Brasil", que faz o diagnóstico da organização e do funcionamento e perfil dos Recursos Humanos dos órgãos de controle interno e produzido pelo próprio Conaci; e o livro "Controladoria no Setor Público", dos organizadores Ana Carla Bliacheriene (Universidade de São Paulo); Marcus Vinicius de Azevedo Braga (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e Renato Jorge Brown Ribeiro (Senado Federal).

Um dia antes do Encontro, em 3 de agosto, acontece ainda a 20ª Reunião Técnica do Conaci, que reunirá os 47 membros da entidade, representantes dos 27 estados e capitais, além do Distrito Federal, para deliberação de assuntos internos, troca de experiências e alinhamento de estratégias para o fortalecimento da gestão pública.

Fonte: CONACI

Torquato Jardim recebe propostas de combate à corrupção do "Diálogos Congresso em Foco"

11/08/2016 - O ministro da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC), Torquato Jardim, realizou, na tarde desta quinta-feira (11), audiência com participantes do evento "Diálogos Congresso em Foco". O objetivo da reunião foi apresentar propostas voltadas ao combate à corrupção e à superação das crises política e econômica no Brasil. O fórum reuniu jornalistas, parlamentares, especialistas e representantes da sociedade civil.

No documento entregue ao ministro, as sugestões contra a corrupção contemplam: radicalizar a transparência nas empresas estatais, nos provedores de serviço público e na receita orçamentária; aumento da efetividade das sanções quando do descumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI); inclusão, no rol mínimo de requisitos para contratação com a Administração, a identificação dos sócios e participações, além de mecanismos de

compliance; atualização da Lei de Licitações; aplicação da Lei da Ficha Limpa para dirigente de partidos políticos; entre outras.

“É um trabalho a longo prazo, que precisa da participação de toda sociedade. Não basta reprimir. Além dos normativos; é necessário ir à fonte da corrupção – o que envolve a mudança de cultura e enfrentamento às fraquezas da natureza humana”, disse Jardim.

Na ocasião, estavam presentes o fundador, o editor-chefe e o consultor do Congresso em Foco, Sylvio Costa, Edson Sardinha e Caio Corrêa, respectivamente; o presidente da Associação dos Peritos Criminais Federais (APCF), Andre Morisson; o vice-presidente de Relações Institucionais da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb), João Botelho; o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), João Ricardo Costa; a presidente do Instituto de Fiscalização e Controle (IFC) e coordenadora do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Jovita Costa; o presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical); Maurício Rodrigues Porto; o vice-presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Sá Neto; o assessor parlamentar da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb), Thiago Marinho); e Lúcio Big, do site Operação Política Supervisionada (OPS).O secretário-executivo do MTFC, Wagner de Campos Rosário, também participou da audiência.

Fonte: CGU

[CGU- Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle](#)

Ministério da Transparência coordena pesquisa sobre fomento à transparência pública

05/08/2016 - O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC) e os órgãos integrantes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) realizam, até o dia 9 de setembro, pesquisa sobre fomento à transparência pública. A iniciativa tem por objetivo reunir soluções de governo aberto que órgãos públicos e sociedade civil têm promovido em todo o Brasil, além de fortalecer os canais de interação com a sociedade.

O resultado será compilado em um catálogo de iniciativas de fomento, a ser consultado por entes públicos que necessitam de apoio para dar pleno cumprimento às leis de transparência e acesso à informação. Espera-se também ampliar as oportunidades dos gestores na adoção de medidas de transparência e facilitar o acompanhamento das informações sobre a aplicação dos recursos públicos pela sociedade.

A pesquisa faz parte da ação nº 1 de 2016 da Enccla e consiste em avaliar a transparência nos poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas. O catálogo que será montado a partir do estudo, corresponde ao produto da ação de aumentar a efetividade do sistema preventivo de lavagem de dinheiro e da corrupção.

Colaboram com a pesquisa a Associação dos Magistrados Brasileiros; a Associação dos Juizes Federais do Brasil; a Associação dos Membros do Tribunais de Contas do Brasil; a Casa Civil – RS; o Conselho Nacional de Justiça; o Conselho Nacional do Ministério Público; o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais; o Conselho Nacional de Controle Interno; o Ministério Público Federal; o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; o Ministério Público do Trabalho; a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento; e o Tribunal de Contas da União.

Primeira

edição

Em 2015, foi realizada pesquisa que resultou na 1ª edição do Catálogo de Fomento à Transparência. O estudo consistiu em estabelecer estratégia articulada de fomento, monitoramento e cobrança do cumprimento da Lei nº 12.527/2011, em relação à transparência ativa e passiva.

Fonte: CGU

Empresa Pro-Ética recebe número recorde de inscrições em 2016



25/07/2016 - A aplicação da Lei Anticorrupção pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC), na investigação e punição de empresas, inclusive as envolvidas na Operação Lava Jato, tem gerado reflexos no ambiente de negócios brasileiro. A possibilidade de sofrer prejuízos financeiros (multa sobre o faturamento e declaração de inidoneidade) e eventuais danos à imagem e à credibilidade, quando comprovada a prática de ilícitos contra à Administração Pública, provocou um aumento significativo na demanda de empresários por orientações sobre como implementar medidas de integridade e de transparência no ambiente corporativo.

A mudança de comportamento ficou comprovada no número recorde de inscrições recebidas pelo Pró-Ética na edição 2016, iniciativa do MTFC e do Instituto Ethos para reconhecer publicamente as empresas comprometidas com prevenção e combate à corrupção. No total, 195 companhias, de diversos portes e ramos de atuação, manifestaram interesse em participar da avaliação. O número é 101% superior à edição de 2015 e recorde no comparativo dos últimos seis anos, desde a criação do Programa. Destas, 91 enviaram o questionário devidamente preenchido. Ao final, após análise preliminar, 74 companhias cumpriram os requisitos de admissibilidade e serão avaliadas – um aumento de 125% em relação ao ano passado.

O período de inscrições para a edição 2016 do Programa começou no dia 1º de março e terminou em 13 de maio. O resultado será divulgado no mês de novembro, durante a 3ª Conferência Lei da Empresa Limpa, evento em que serão realizados debates entre os setores público e privado sobre a Lei Anticorrupção, sobretudo seu aspecto preventivo, e temas de integridade.

Compromisso voluntário

O Pró-Ética, lançado em 2010, tem por objetivo incentivar nas empresas a adoção de políticas e ações necessárias para se criar um ambiente de integridade que reduza os riscos de ocorrência de fraude e corrupção e aumente a confiança nas relações entre o setor público e o setor privado.

Não é concedido à empresa incluída no Programa benefício ou tratamento diferenciado nas suas relações com a Administração Pública. Trata-se de um compromisso com a ética empresarial, assumido voluntariamente pelas corporações, o qual indica que a empresa se esforça para colocar em prática medidas internas que reduzam a probabilidade de ocorrência de ilícitos e desvios e, quando eles ocorrem, garantam a detecção e interrupção desses atos, de forma célere, e a remediação de seus efeitos adversos.

O Pró-Ética passou por um processo de reestruturação em 2014 e voltou com um novo formato, adaptado às mudanças ocorridas com a aprovação da Lei Anticorrupção. Na última edição, em 2015, foram reconhecidas 19 empresas: 3M do Brasil, ABB, AES Eletropaulo, AES Sul, AES Tietê, AES Uruguaiana, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), Dudalina, Duratex, EDP Energias do Brasil, Elektro Eletricidade e Serviços; Ernst & Young; GranBio; ICTS; OSRAM do Brasil Lâmpadas Elétricas; Santander Brasil; Siemens; SNC-Lavalin Meio Ambiente.

Mais informações: <http://www.cgu.gov.br/proetica>

MJC promove curso para o combate à lavagem de dinheiro

Brasília, 16/08/16 – A 10ª edição do Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), promovida pelo Ministério da Justiça e Cidadania (MJC), começou nesta terça-feira. A cerimônia de abertura contou com a participação do secretário nacional de Justiça e Cidadania (SNJ), Gustavo Marrone Sampaio, que representou o ministro Alexandre de Moraes.

Os cursos, responsáveis pela capacitação de 17 mil agentes públicos, apontam ferramentas que auxiliam nas investigações e promovem intercâmbios que aprimoram o combate aos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção. Durante a abertura, Gustavo Marrone destacou a importância da especialização para a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro. “Essa estratégia só será eficiente se todas as instituições se unirem”, afirmou.

Organizado pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI/SNJ), o curso é realizado em parceria com a Advocacia-Geral da União (AGU). Vários órgãos que trabalham com os temas da capacitação, além do MJC e AGU, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Banco Central, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e Receita Federal apresentam palestras e casos práticos para os 200 servidores que participam do evento, que ocorre na Escola da AGU até sexta-feira (18/08).

O ministro da AGU, Fábio Medina Osório, ressaltou que o propósito da instituição com o treinamento é trabalhar sob a ótica da prevenção e repressão ao mau uso do dinheiro público.

A função da iniciativa é aproximar as instituições e manter o diálogo para defender a cidadania e a democracia, declarou o diretor da Escola da AGU, Gregório Moreira de Moura, ao recepcionar os participantes da 10ª edição.

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz de Oliveira, defendeu a necessidade de instituições inteligentes, transparência e ainda participação da sociedade no combate à corrupção.

Representante da OAB-DF, Antonio Rodrigo Machado avaliou que o curso é uma prerrogativa para um sistema de combate eficaz e necessário ao fortalecimento das instituições, sempre atrelado aos direitos e às garantias constitucionais.

ENCCLA: Ação 3 entrega produto final

Foram elaboradas 29 diretrizes para o funcionamento de sistemas de controle interno nos estados e municípios

Vem de algumas edições mais recentes da Enccla a percepção de que a efetividade de políticas de combate à corrupção passa pelo aperfeiçoamento das estruturas governamentais de controle interno, principalmente nos estados e municípios. A Ação 3 de 2016 (*Criar diretrizes para implantação e efetivo funcionamento dos sistemas estadual e municipal de controle interno*) partiu do princípio de que, a despeito dos esforços desenvolvidos nos últimos anos, há um grave déficit de referências mínimas para o funcionamento dessas estruturas, e que, portanto, a qualidade e eficiência do combate à corrupção deveria passar pela definição de diretrizes que visassem à modernização institucional das áreas de controle interno.

Em 9 de junho, o grupo de trabalho da Ação 3 concluiu suas atividades, atingindo o produto final previsto na XIII Plenária da Enccla. Após três reuniões que envolveram apresentações, propostas e debates, sob coordenação da Controladoria-Geral da União – atual Ministério da Fiscalização, Transparência e Controle –, foi aprovada a versão final de um documento contendo 29 diretrizes para implementação e funcionamento dos sistemas de controle interno nos estados e municípios. As diretrizes foram divididas em cinco segmentos (competências, recursos,

práticas profissionais, atividades de controle, comunicação de resultados), e têm como alvo não apenas as unidades de controle interno envolvidas com atividades de auditoria, mas também as que exercem a correição, a ouvidoria ou a controladoria. Destaca-se, dentre outros elementos, a preocupação com a qualidade dos quadros profissionais, traduzida em diretrizes que preconizam a atuação de servidores públicos efetivos, inclusive nos cargos de chefia e direção, e a aplicação de critérios técnicos para o provimento quando esses cargos, excepcionalmente, forem ocupados por outros servidores.

Importante notar que muito concorreu para o adiantamento dos resultados da Ação a contribuição do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci). Apresentando as conclusões de detalhada pesquisa, o Conselho fundamentou o diagnóstico do grupo ao demonstrar, entre outros fatores, que praticamente metade dos órgãos de controle interno não possui metodologia definida de execução do trabalho nem apresenta resultados relativos a seus desempenhos, e que as condições para execução das atividades são, atualmente, bastante inadequadas. Além disso, contribuíram decisivamente o trabalho de diagnóstico realizado pelo Ministério Público de Santa Catarina – apresentado ao grupo pelo CNMP –, com foco na realidade dos municípios, e o documento “Controle interno: instrumento de eficiência dos jurisdicionados”, da Atricon, por meio do qual se consolida a visão da necessidade de referenciais de procedimentos e práticas.

Em reunião realizada em 30 de junho, o Gabinete de Gestão Integrada da Enccla aprovou a divulgação do documento de diretrizes, cujo download pode ser feito por meio [deste link](#). Espera-se que os colaboradores da Enccla divulguem o documento em seus sítios na internet e em suas redes de contatos, a fim de que o produto final da Ação 3 tenha capilaridade e efetividade.

Informações: Secretaria Executiva da Enccla – www.enccla.gov.br

[PF- Polícia Federal](#)

[PF deflagra 33ª Fase da Lava Jato – Operação Resta Um](#)

02/08/2016 - Curitiba/PR – A Polícia Federal deflagrou na manhã de hoje (02) a 33ª fase da Operação Lava Jato, intitulada *Operação Resta Um*, com o objeto principal a participação da Construtora Queiroz Galvão no chamado “cartel das empreiteiras”, grupo de empresas que se organizaram com o objetivo de executar obras contratadas pela Petrobrás.

Aproximadamente 150 policiais federais estão cumprindo 32 ordens judiciais, sendo 23 mandados de busca e apreensão, dois mandados de prisão preventiva, um mandado de prisão temporária e seis mandados de condução coercitiva, nas cidades nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás, Pernambuco e Minas Gerais.

As obras investigadas neste momento englobam contratos no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, na Refinaria Abreu e Lima, Refinaria Vale do Paraíba, Refinaria Landulpho Alves e na Refinaria Duque de Caxias. A mesma construtora possui o terceiro maior volume de contratos investigados no âmbito da Operação Lava Jato. Os executivos da construtora também são investigados pela prática sistemática de pagamentos indevidos a diretores e funcionários da Petrobrás, bem como o repasse de valores a agremiações políticas travestidos de doações oficiais através de operadores. As operações realizadas por ordem dos executivos da empresa ocorreram através de transações comandadas por operadores tanto no Brasil como através de pagamentos no exterior em retribuições a obtenção de contratos com a estatal.

A investigação ainda abrange a descrição de fatos ocorridos com o objetivo de criar embaraços à comissão parlamentar de inquérito que investigava irregularidades junto a Petrobras pelo Senado Federal em 2009. Identificou-se indícios concretos do pagamento indevido de valores por executivos da Construtora Queiroz Galvão com o objetivo de dificultar os trabalhos da comissão.

São apuradas as práticas de crimes de corrupção, formação de cartel, associação criminosa e lavagem de dinheiro, dentre outros. O nome "Resta Um" é uma referência à investigação da última das maiores empresas identificadas como parte integrante da chamada "Regra do Jogo" em que empreiteiras formaram um grande cartel visando burlar as regras de contratação por parte da Petrobras, em claro prejuízo à estatal.

Nos casos dos investigados para os quais foram expedidos mandados de condução coercitiva, estes estão sendo levados às sedes da Polícia Federal nas respectivas cidades onde foram localizados a fim de prestarem os esclarecimentos necessários. Como se trata de situações de conduções coercitivas, os investigados serão liberados após serem ouvidos no interesse da apuração em curso.

Quanto aos investigados com prisão cautelar decretada, tão logo sejam localizados eles serão trazidos à sede da Polícia Federal em Curitiba onde permanecerão à disposição das autoridades responsáveis pela investigação.

Comunicação Social da Polícia Federal em Curitiba/PR

[MPF- Ministério Público Federal](#)

10 Medidas: corrupção é crime de baixo risco, afirma procurador em audiência na Câmara

09/08/2016 - Em audiência pública realizada nesta terça-feira, 9 de agosto, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o Projeto de Lei (PL) 4850/2016, sobre as 10 Medidas contra a Corrupção, o procurador da República e coordenador da força-tarefa Lava Jato em Curitiba (PR), Deltan Dallagnol, explicou aos parlamentares a importância da aprovação das propostas do Ministério Público para o combate à corrupção e à impunidade no país.

Em sua exposição, o procurador destacou que a punição de pessoas que cometem crimes de corrupção pode demorar até 20 anos. Além disso, explicou que a punição parte de dois anos de prisão, e pode ser perdoadada após cumprimento de um quarto da pena, ou extinta por decreto de indulto natalino. "Estudo de um livro publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) identificou que a probabilidade de condenação por corrupção no Brasil é de apenas 3%", informou Dallagnol.

De acordo com ele, com a aprovação das 10 medidas, a pena passaria de dois para quatro anos de reclusão, e o desvio de recursos a partir de R\$ 80 mil seria considerado crime hediondo, para não ser passível de indulto. Ele defendeu a agilização do processo, a redução de recursos e mudanças para que a prescrição e nulidades aconteçam de modo adequado segundo parâmetros internacionais. Além disso, com o confisco alargado, seria possível impedir o proveito econômico da infração e a utilização do patrimônio decorrente da atividade criminosa em outros delitos.

Dallagnol destacou, ainda, que as 10 medidas não objetivam punir pessoas por condutas passadas, mas sim buscam resolver problemas reais e palpáveis. As punições são para o futuro, desvinculadas do que aconteceu com a Lava Jato, a fim de permitir o diálogo aberto e claro para esse problema, assegurou.

"A corrupção é complexa e precisa ser combatida em todas as suas faces. As medidas estabelecem punição razoável, mas não adianta se o processo for longo. Não adianta ter processo célere se for cancelado por brechas na lei. Não adianta fazer todo o processo se o dinheiro não for recuperado", enfatizou o procurador.

Recursos – Para o procurador da República Diogo Castor de Mattos, integrante da força-tarefa Lava Jato, o Brasil possui um sistema de prescrição "generoso". De acordo com ele, os processos penais no Brasil têm dois destinos: prescrição ou nulidade. Exemplos: Operações Satiagraha, Castelo de Areia, Boi Barrica, entre outras anulados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), por intermédio de Habeas Corpus (HC). "Há um abuso no uso de HC para decretar nulidade nos processos", salientou.

Ao longo da audiência, o procurador destacou dados de estatística do STJ realizada em 2011. O levantamento revelou que 36 mil HCs são interpostos na Corte. São 3.600 habeas corpus para cada ministro, “um sistema fadado ao fracasso”, declarou.

De acordo com Deltan Dallagnol, o sistema atual permite ao réu apresentar habeas corpus mesmo se estiver em liberdade, para discutir prova – o que é impossível em outros países. “A Lava Jato tem mais de 400 decisões em habeas corpus. Um sistema feito para não funcionar. A impunidade é regra no Brasil. Temos que ter um sistema em que a punição do culpado seja a regra”, asseverou.

Membro da Câmara de Combate à Corrupção do MPF, a subprocuradora-geral da República Mônica Nicida destacou, em sua apresentação, que o Ministério Público Federal não dispõe dos mesmos recursos que os acusados têm para apresentar seu posicionamento às instâncias. “A defesa dispõe de infindáveis recursos. As 10 medidas pretendem racionalizar esse sistema”.

Foro privilegiado – Para Dallagnol, o foro privilegiado no Brasil é uma aberração – são mais de 20 mil pessoas com prerrogativa. “Eu tenho foro e não deveria ter. O ideal seria que 15 pessoas no Brasil tivessem foro: ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), procurador-geral da República, presidente da Câmara dos Deputados, presidente do Senado Federal e presidente da República”.

Segundo Mônica Nicida, o foro privilegiado é um instituto “antirrepublicano”. Para ela, o foro não se justifica, a não ser que seja para determinadas autoridades. “Ele foi criado para proteger cargos e não pessoas. Ele existe para um fim, não é um fim em si mesmo. O foro suprime instâncias e propicia delonga no processo”, enfatizou.

Dallagnol salientou, ainda, que é possível que se discorde das soluções preconizadas pelas 10 Medidas, mas nesse caso é necessário que sejam apresentadas soluções de igual efetividade ou melhores. “Cada medida é a solução para um problema concreto, real e identificado. Cabe ao parlamento, agora, apresentar as soluções que a sociedade clama para cada um dos problemas postos, que geram impunidade, adotando as 10 medidas, propostas equivalentes ou melhores”, concluiu Deltan Dallagnol.

Apoio popular – Elaboradas pelo Ministério Público brasileiro, as 10 Medidas contra a Corrupção foram assinadas por mais de dois milhões de pessoas e apresentadas ao Congresso Nacional por representantes da sociedade civil em 29 de março deste ano. Na Câmara, passaram a tramitar por meio do Projeto de Lei 4850/2016, apresentado por integrantes da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção.

As medidas reúnem 20 propostas de alterações legislativas que visam aprimorar a legislação brasileira de combate à corrupção. Busca-se, entre outros ajustes, a criminalização do enriquecimento ilícito; aumento das penas e crime hediondo para corrupção de altos valores; celeridade nas ações de improbidade administrativa; reforma no sistema de prescrição penal; responsabilização dos partidos políticos e criminalização do caixa 2.

Saiba mais sobre as 10 Medidas do MPF.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6404/6408
Twitter: MPF_PGR
facebook.com/MPFederal

Fonte: MPF

[Lava Jato: PGR denuncia Eduardo da Fonte por recebimento de propina](#)

05/08/2016 - O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou ao Supremo Tribunal Federal o deputado Federal Eduardo da Fonte e o executivo da Petrobras Djalma Rodrigues de Souza pelo recebimento de propina para beneficiar a UTC Engenharia nas obras da Coquepar, que seria construída no Paraná para fazer o processamento de coque da Petrobras. Segundo o presidente da UTC, Ricardo Pessoa, ainda que tenha havido o pagamento de R\$ 300 mil, Eduardo da Fonte lhe aplicou um "passa-moleque", porque as obras jamais se efetivaram.

Na denúncia, Janot explica que Eduardo da Fonte foi apresentado a Ricardo Pessoa por Djalma Rodrigues de Souza como um deputado que poderia ajudar a UTC a ganhar contratos no âmbito da chamada Petrocoque, controlada pela Petrobras. Em colaboração premiada que detalha o esquema, o presidente da UTC contou que recebeu deles a proposta do pagamento de propina para que a construtora tivesse preferência nas obras da Coquepar.

Depois de reuniões na sede da construtora em São Paulo, foi estabelecido o valor da propina. Segundo a denúncia, Ricardo Pessoa pagou R\$ 300 mil solicitados por Eduardo da Fonte, sendo R\$ 100 mil em espécie e R\$ 200 mil em doações oficiais ao diretório estadual do Partido Progressista em Pernambuco, valor repassado à sua campanha de 2010 para o cargo de deputado Federal. Ricardo Pessoa apresentou documentos para confirmar o pagamento da propina.

Conforme explica o procurador-geral, a UTC realizou a proposta e os projetos correspondentes às obras na expectativa do cumprimento do acordo, investindo dinheiro para vencer o futuro contrato que lhe seria direcionado, mas as obras jamais se efetivaram. "A UTC não foi contratada para fazer as obras da Coquepar (porque nunca existiram) e Eduardo da Fonte nunca devolveu a vantagem indevida de R\$ 300 mil", diz.

O procurador-geral da República acrescenta que metade do valor pago foi repassado por Eduardo da Fonte a um terceiro indicado por Djalma Rodrigues: R\$ 150 mil, em dois cheques (de R\$ 50 mil e R\$ 100 mil), pagos em 2010, em doações oficiais a Érico Tavares de Souza, candidato a deputado estadual em Pernambuco pelo PTC e sobrinho de Djalma Rodrigues. Essas informações constam no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que registra as receitas para a campanha de Érico Tavares.

Apesar de negarem que tenham ido juntos à sede da UTC Engenharia para a reunião com Ricardo Pessoa, há testemunhas que confirmam a presença de Eduardo da Fonte e Djalma Rodrigues. Além disso, há outros elementos que demonstram a ida de Eduardo da Fonte a São Paulo diversas vezes durante o período dos fatos.

Pedidos - A denúncia oferecida no Inquérito 4118 pede a condenação de Eduardo da Fonte e Djalma Rodrigues pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, além da perda da função pública ou mandato eletivo dos envolvidos. O PGR também quer a reparação dos danos materiais e morais causados no valor mínimo de R\$ 300 mil, equivalente ao valor solicitado como propina. As irregularidades atribuídas a Ricardo Pessoa e Érico Tavares de Souza devem ser julgadas pela 13ª Vara Federal de Curitiba.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6404/6408

